



**CONCURSO PÚBLICO PARA ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA
POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS PARA O ANO DE 2014.**

CFO/2014 - PROVA “B” - BRANCA

(Edital DRH/CRS nº 08/2013, de 06 de setembro de 2013)

*Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Constitucional,
Direito Penal Militar, Direito Processual Penal Militar, Direito Administrativo,
Legislação Extravagante e Legislação Institucional e Língua Portuguesa.*

NOME: _____

LOCAL DE PROVA: _____ SALA: _____

DATA: 05Jan14

ORIENTAÇÕES AOS CANDIDATOS:

1. Abra este caderno de prova somente quando autorizado. Prova sem consulta.
2. Esta prova contém 40 (quarenta) questões numeradas de 01 a 40, valendo 5 (cinco) pontos cada e valor total de 200 (duzentos) pontos.
3. O tempo máximo permitido para a realização da prova objetiva será de 3 (três) horas incluindo o preenchimento da folha de respostas e de 4 (quatro) horas para a prova de redação.
4. Responda as questões e marque a opção desejada na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta). Para cada questão existe somente uma resposta correta.
5. Não será admitido nenhum tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
6. É proibido o uso de máquinas calculadoras, telefones celulares ou outros similares.
7. Iniciadas as provas, os candidatos poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros, somente no intervalo de tempo abrangido dentro da segunda hora de realização das provas, ou seja, das 09:01 às 10:00h, e devidamente acompanhados por fiscal do concurso.
8. A partir da terceira hora de realização das provas até o seu final, nenhum candidato poderá ausentar-se da sala sem ter entregado, definitivamente, a folha de respostas da prova objetiva.
9. Ao final de cada prova, entregue ao aplicador a folha de respostas da prova objetiva, e a folha de redação, devidamente preenchidas, assinadas e conferidas. O caderno de prova será recolhido.

CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO - A BUSCA PELA EXCELÊNCIA EM CONCURSOS.

DIREITO PENAL

1ª QUESTÃO - Em relação ao crime de abandono de incapaz previsto no art. 133 do Código Penal, marque a alternativa CORRETA:

- A. () Há crime se a pessoa abandonada é, apesar de menor de idade, por exemplo, capaz de se defender dos riscos do abandono.
- B. () Se após o abandono e consequente exposição ao perigo, o agente reassume o dever de assistência, fica excluída a infração penal de perigo, uma vez que apenas foi atingida a fase da preparação e não da consumação.
- C. () O sujeito ativo deste crime é aquele que tem o dever de zelar pela vítima, que assume a posição de *garantidor* em decorrência da Lei (Código Civil, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso etc), de contrato ou convenção (enfermeiros, médicos, amas, babás, diretores de colégio etc) e de qualquer fato lícito e ilícito (recolhimento de pessoa abandonada, condução de incapaz em viagem caçada etc). Tratando-se de delito próprio.
- D. () As penas deste crime aumentam de um terço, se a vítima é enteado (a) do agente.

2ª QUESTÃO - Sobre as técnicas de descrição dos tipos penais, marque, nas assertivas abaixo, “V” se for verdadeira ou “F” se for falsa.

- () É de se observar, em primeiro lugar, a frequente observação entre os doutrinadores no sentido de que, com vistas a delimitar, da maneira mais clara possível, o conteúdo das normais penais, deve ser dada preferência, quando da criação dos tipos penais pelo legislador, à utilização de elementos normativos.
- () A vinculação do juiz à lei indica que o legislador espera dele uma valoração pessoal, e não uma valoração que expresse as concepções morais gerais às quais o juiz está subordinado- e as características normativas também apresentariam uma essência empírica.
- () A utilização de elementos ou expressões vagas na construção dos tipos penais trata-se de termos que não definem o fato de maneira precisa, assim como não estabelecem, com segurança, os limites dentro dos quais é permitido agir.
- () O progressivo aumento da complexidade social a que se tem assistido nas modernas sociedades pós-industriais também pode ser sentido na esfera do direito penal. As modernas técnicas de manipulação genética, as comunicações pela internet, as contaminações ambientais etc. fazem com que seja necessário transportar, também para essa esfera do direito, parte da complexidade daí derivada; de acordo com os avanços técnicos das sociedades, o legislador penal se vê obrigado a tipificar condutas como delito de manipulação genética, pirataria informática, delitos ecológicos contaminações do meio ambiente etc.

Marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo.

- A. () F, F, V, F.
- B. () V, F, V, V.
- C. () V, V, F, V.
- D. () F, F, V, V.

3ª QUESTÃO - Uma mulher apaixonada por um homem que inobstante tentar conquistá-lo de todas as formas, não consegue lograr êxito em seu intento. Assim, sendo, de porte de uma arma de fogo, empregando ameaça, obriga o homem indefeso à prática de relações sexuais, restando consumado, portanto o crime de:

- A. () Constrangimento ilegal.
- B. () Violação sexual mediante fraude.
- C. () Atentado violento ao pudor.
- D. () Estupro.

4ª QUESTÃO - Segundo Luiz Regis Prado: “a tipicidade e ilicitude são elementos axiologicamente diferentes e compõem a estrutura lógico-analítica do delito. Isso significa que o delito, em sede metodológica, decompõe-se em certos níveis de valoração: ação ou omissão, tipicidade, ilicitude e culpabilidade.” No tocante ao assunto quatro são as teorias mais relevantes: a) teoria do tipo independente ou avalorado; b) teoria indiciária; c) teoria da identidade e d) teoria dos elementos negativos do tipo. Abaixo, marque a alternativa que corresponde às características da teoria DA IDENTIDADE:

- A. () Encontra-se principalmente, no modelo neoclássico do delito (Mezger-Sauer). A tipicidade é a *ratio essendi* da ilicitude. A tipicidade conduz necessariamente à ilicitude, já que formam um todo unitário. A tipicidade é “antijuridicidade material tipificada”. E o delito é conceituado com ação “tipicamente antijurídica e culpável”. A ilicitude é vista como injusto objetivo, como ilicitude tipificada. As causas de exclusão da antijuridicidade são causas ou elementos negativos do tipo.
- B. () É a preferida pela doutrina finalista da ação (Welzel-Maurach). A tipicidade é a *ratio cognoscendi* da ilicitude, isto é, a tipicidade da ação constitui um indício (ou presunção *juris tantum*) de sua ilicitude (salvo a presença de uma causa justificante). A tipicidade é o principal indício ou fator cognoscível da ilicitude.
- C. () Para esta teoria as causas de justificação integram o tipo de injusto, como elementos negativos- excludentes da tipicidade e logo, da ilicitude, em razão de se identificarem tipicidade e ilicitude. De acordo com essa doutrina, na uniformidade do jurídico-penalmente irrelevante desaparecem as particularidades e diferenças valorativas existentes entre o permitido

- (morte de um homem em legítima defesa) e o carente de relevância (morte de uma mosca). Há, portanto, uma fusão entre tipicidade e ilicitude.
- D. () É a adotada pelo sistema Liszt-Beling. A tipicidade tem função meramente descritiva, objetiva e valorativamente neutra, absolutamente separada da ilicitude, nada indicando a seu respeito. O tipo penal é avalorado, sem qualquer elemento normativo ou subjetivo, e cumpre a função de descrever os aspectos objetivos externos do comportamento.

5ª QUESTÃO - Segundo Costa e Silva, a administração pública é “o conjunto das funções exercidas pelos vários órgãos do Estado, em benefício do bem-estar e do desenvolvimento da sociedade”. Em outros termos, é a atividade do Estado na busca do bem comum mediante a ação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, os quais devem funcionar conjunta e harmonicamente. Nessa perspectiva marque a alternativa CORRETA em relação ao crime de peculato que é um dos crimes contra a Administração Pública:

- A. () O sujeito ativo somente pode ser o funcionário público ou aquele expressamente equiparado a este para fins penais, tratando-se de crime impróprio. A condição de funcionário público, no entanto, como elementar do crime em pauta, comunica-se ao particular que eventualmente concorra, na condição de co-autor ou participe. Assim, é dispensável que o particular tenha consciência da qualidade especial do funcionário público para responder também pelo crime de peculato.
- B. () No peculato-desvio a posse não pode ser viciada de violência, fraude ou erro: se ela decorre de violência, haverá concussão; se foi obtida mediante fraude ou engano, pode caracterizar, em tese, concussão ou estelionato, dependendo das demais circunstâncias, se, no entanto, a posse provier de erro de outrem, será crime previsto em tipo próprio.
- C. () No peculato, a exemplo da apropriação indébita, do furto e do estelionato, o sujeito passivo (funcionário público) tem, anteriormente, a posse lícita da coisa, ou a recebe legitimamente.
- D. () O peculato de uso, tipifica-se pelo uso momentâneo do objeto material do peculato, o qual se encontra na posse do funcionário em razão do cargo e a devolve intacta após sua utilização.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

6ª QUESTÃO - Marque a alternativa CORRETA no que se refere à CITAÇÃO no Processo Penal Comum Brasileiro.

- A. () Em caso de réu preso, este deverá ser requisitado pela autoridade competente.
- B. () O processo terá completada a sua formação quando realizada a citação do acusado.
- C. () Não sendo encontrado o acusado, será procedida a citação por hora certa.

D. () As citações que houverem de ser feitas em embaixadas e consulados serão efetivadas mediante Carta de Ordem do respectivo juízo ou tribunal.

7ª QUESTÃO - Acerca do Procedimento Comum previsto no Código de Processo Penal Brasileiro, marque a alternativa CORRETA.

- A. () Para fins de classificação de procedimentos, nos termos do artigo 394, § 1º do Código de Processo Penal Comum, o procedimento comum ordinário, leva em consideração a natureza da pena aplicada, independente de sua quantidade.
- B. () As disposições do procedimento comum ordinário não são aplicáveis aos procedimentos especial, sumário e sumaríssimo, ainda que de forma subsidiária.
- C. () Pode ocorrer absolvição sumária no procedimento comum.
- D. () Nas infrações de menor potencial ofensivo não são aplicáveis o procedimento comum ordinário.

8ª QUESTÃO - Marque a alternativa INCORRETA quanto às hipóteses legais de admissão da prisão preventiva previstas no Código de Processo Penal Comum.

- A. () Crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos.
- B. () Quando houver dúvida sobre a identidade civil do acusado ou quando este não fornecer ou indicar elementos suficientes para esclarecê-la.
- C. () Nos crimes de competência do Tribunal do Júri, somente nos casos de ser possível a ausência de motivação da decisão pela autoridade judicial.
- D. () Em caso de descumprimento de medida cautelar anteriormente aplicada.

9ª QUESTÃO - Sobre a prisão em flagrante, considere as seguintes assertivas:

- I - A prisão em flagrante por tráfico de drogas não admite fiança e liberdade provisória.
- II - O uso ilícito de algemas pode ensejar a nulidade da prisão em flagrante.
- III - É possível converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do art. 312 deste Código, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão.
- IV - Os deputados estaduais não poderão ser presos em flagrante de crime que admita liberdade provisória.

Marque a alternativa CORRETA.

- A. () Apenas as alternativas I e II são corretas.
- B. () Apenas as alternativas II, III e IV são corretas.
- C. () Apenas as alternativas III e IV são corretas.
- D. () Apenas as alternativas II e III são corretas.

10ª QUESTÃO - Sobre a ação penal privada, marque a alternativa CORRETA:

- A. () O querelado poderá recusar o perdão do querelante.
- B. () Ocorrerá prescrição quando o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos.
- C. () A queixa-crime, assim como a ação penal pública, é indisponível.
- D. () Cabe ao Ministério Público promover, privativamente, a ação penal pública, não se admitindo ação penal privada nos crimes de ação pública.

DIREITO CONSTITUCIONAL

11ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. Um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, contidos no artigo 3º da Constituição Federal de 1988 é:

- A. () Garantir o desenvolvimento nacional.
- B. () Apoiar o pluralismo político.
- C. () Promover a dignidade da pessoa humana.
- D. () Desenvolver a cidadania.

12ª QUESTÃO - Nos termos da Constituição Federal de 1988, marque a alternativa CORRETA:

- A. () A Constituição poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- B. () É competência privativa da União o estabelecimento e a implantação de políticas de educação para a segurança no trânsito.
- C. () São de iniciativa privativa do Congresso Nacional as leis que fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas.
- D. () Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

13ª QUESTÃO - De acordo com a Constituição Federal de 1988, marque a alternativa CORRETA:

- A. () O militar alistável é elegível, independentemente do seu tempo de serviço, e se eleito será agregado pela autoridade superior sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- B. () O militar alistável é elegível se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade; se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.
- C. () O militar do serviço ativo, no exercício do mandato eletivo e havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu posto ou graduação, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- D. () O militar estadual somente terá que afastar do seu cargo se for investido no mandato de Prefeito, haja vista a incompatibilidade de horários para o exercício de ambos os cargos.

14ª QUESTÃO - De acordo com a Constituição Federal de 1988, marque a alternativa CORRETA:

- A. () As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e não de culpa.
- B. () O oficial condenado na justiça comum ou militar a pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra.
- C. () Em observância ao princípio da isonomia, ao militar é permitida a sindicalização e a greve.
- D. () Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.

15ª QUESTÃO - Nos termos da Constituição Federal de 1988, marque a alternativa CORRETA:

- A. () A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juízes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes.

- B. () Compete aos juízes de direito do juízo militar processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos militares, cabendo ao Conselho de Justiça, sob a presidência do Oficial de maior posto, processar e julgar os crimes praticados por militares.
- C. () Os Conselhos de Justiça julgam crimes comuns e militares, cabendo aos juízes de direito do juízo militar processar e julgar, singularmente, as ações judiciais contra atos disciplinares militares.
- D. () As ações judiciais contra atos disciplinares militares, são julgadas pelos Conselhos de Justiça, sob a presidência do juiz de direito do juízo militar.

DIREITO PENAL MILITAR

16ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. Um Cabo da Polícia Militar, que na presença de 03 (três) civis, no interior do Quartel, joga o livro contendo sua escala de serviço em cima da mesa onde se encontrava sentado o Oficial, que elaborara a referida escala, por não estar satisfeito com o seu empenho mensal, à luz do Código Penal Militar, comete:

- A. () Conduta atípica.
- B. () Desacato a superior.
- C. () Desrespeito.
- D. () Recusa de obediência.

17ª QUESTÃO – Em relação ao crime de violação de domicílio, previsto no Código Penal Militar (artigo 226), nas assertivas abaixo, marque “V” se for verdadeira ou “F” se for falsa. A seguir, marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo.

- () O crime de violação de domicílio é qualificado quando cometido durante o repouso noturno, ou com emprego de violência ou de arma, ou mediante arrombamento, ou por duas ou mais pessoas;
- () Não constitui crime a entrada ou permanência em casa alheia ou em suas dependências durante o dia, com observância das formalidades legais, para efetuar prisão ou outra diligência em cumprimento de lei ou regulamento militar; e a qualquer hora do dia ou da noite para acudir vítima de desastre ou quando alguma infração penal está sendo ali praticada ou na iminência de o ser.
- () Compreende o termo "casa": qualquer compartimento desabitado; aposento ocupado de habitação coletiva; compartimento aberto ao público, onde alguém exerce profissão ou atividade.
- () Não se compreende no termo "casa": taverna, boate, casa de jogo e outras do mesmo gênero.

- A. () F, V, F, V.
- B. () V, V, F, V.
- C. () V, V, F, F.
- D. () V, F, V, V.

18ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. O Código Penal Militar prevê, dentre outros, os seguintes crimes militares que admitem a modalidade culposa:

- A. () Abandono de posto (art. 195 do CPM); descumprimento de missão (art. 196 do CPM); revelação de notícia, informação ou documento (art. 144 do CPM).
- B. () Descumprimento de missão (art. 196 do CPM); consecução de notícia, informação ou documento para fim de espionagem (art. 143 do CPM); dormir em serviço (art. 203 do CPM).
- C. () Descumprimento da missão (art. 196 do CPM); omissão de providência para evitar danos (art. 199 do CPM); turbação de objeto ou documento (art. 145 do CPM).
- D. () Turbação de objeto ou documento (art. 145 do CPM); conservação ilegal de comando (art. 168 do CPM); ofensa aviltante a inferior (art. 175 do CPM).

19ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. O art. 55, do Código Penal Militar, estabelece as penas as quais os condenados pela Justiça Militar ficam sujeitos, dentre elas, a pena de morte. À luz do Código Penal Militar é CORRETO afirmar que a pena de morte será executada da seguinte forma:

- A. () A pena de morte será executada aos condenados pela Justiça Militar por fuzilamento.
- B. () A pena de morte será executada aos condenados pela Justiça Militar por enforcamento.
- C. () A pena de morte será executada aos condenados pela Justiça Militar por meio de câmara de gás.
- D. () A pena de morte será executada aos condenados pela Justiça por estrangulamento.

20ª QUESTÃO – A suspensão condicional da pena tem previsão tanto no Código Penal Brasileiro como no Código Penal Militar. Segundo a legislação militar todo infrator que for condenado a uma pena privativa de liberdade igual ou inferior a dois anos fará jus ao benefício do Sursis. À luz do Código Penal Militar, marque a alternativa CORRETA.

- A. () Nos crime de concussão e corrupção tendo em vista a natureza do ilícito.
- B. () Nos crimes de peculato e apropriação em razão da vítima ser a administração militar.

- C. () Nos crimes de desobediência e abandono de posto em razão de violação aos deveres militares.
- D. () Nos crimes de deserção e desrespeito em razão da violação aos deveres militares.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

21ª QUESTÃO – Ingressando na Polícia Militar de Minas Gerais em 15 de julho de 2013, após sua regular matrícula no Curso de Formação de Oficiais, um cadete pratica, em tese, o ilícito penal militar de deserção. Em 02 de janeiro de 2014, o mesmo foi recapturado, ficando, a partir daquela data, a disposição da autoridade competente.

Considerando a situação hipotética descrita acima e as disposições contidas no Código de Processo Penal Militar, marque a alternativa CORRETA:

- A. () Uma vez consumada a deserção, ficará agregado ao respectivo quadro e somente será excluído do serviço ativo após processo em que lhe seja assegurada ampla defesa e contraditório.
- B. () Se não for julgado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar do dia de sua captura, será posto em liberdade, salvo se tiver dado causa ao retardamento do processo.
- C. () Dada a natureza e o autor do delito, o Inquérito Policial Militar deverá ter oficial como escrivão e o encarregado terá o prazo de 40 (quarenta) dias para concluir as investigações, prorrogáveis por mais 20 (vinte) dias.
- D. () O termo de deserção tem o caráter de instrução definitiva e destina-se a fornecer os elementos necessários à propositura da ação penal, ainda que não sujeite, desde logo, o desertor à prisão.

22ª QUESTÃO – Quando, em virtude de doença ou deficiência mental, houver dúvida a respeito da imputabilidade penal do acusado, será ele submetido a perícia médica.

Sobre o incidente de insanidade mental do acusado é CORRETO afirmar que:

- A. () O exame de sanidade mental requerido pela defesa, de algum ou alguns dos acusados, não obstará sejam julgados os demais, se o laudo correspondente não houver sido remetido ao Conselho, até a data marcada para o julgamento. Neste caso, aqueles acusados serão julgados oportunamente.
- B. () Em qualquer fase do processo, a perícia poderá ser ordenada pelo juiz, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, do defensor, do curador, ou do cônjuge, ascendente, descendente ou parente em linha reta ou colateral do acusado até o 4º grau, inclusive.
- C. () Na fase policial militar, a determinação da perícia, não sustará a prática de diligências que possam ficar prejudicadas com o adiamento, mas na fase

judicial, sustará o processo até o recebimento do laudo pelo juiz competente.

- D. () Mesmo havendo prejuízo para a marcha do processo, o juiz poderá autorizar a entrega dos autos aos peritos, para lhes facilitar a tarefa.

23ª QUESTÃO – Estando um Inquérito Policial Militar em curso, sobre a restituição de coisas, é CORRETO afirmar que:

- A. () Somente o juiz, após representação do encarregado nos autos, poderá ordenar a restituição.
 B. () O encarregado poderá ordenar a restituição, desde que ouvido, previamente, o Ministério Público.
 C. () A restituição nunca se dará no curso do Inquérito Policial Militar.
 D. () A restituição poderá ser ordenada pela autoridade policial militar ou pelo juiz, mediante termo nos autos, desde que a coisa apreendida não seja irrestituível, não interesse mais ao processo e não exista dúvida quanto ao direito do reclamante.

24ª QUESTÃO – Um militar foi preso, em flagrante delito, pelo cometimento, em tese, de ilícito penal militar. Dada a lavratura do Auto de Prisão em Flagrante é CORRETO afirmar que:

- A. () Apresentado o preso ao oficial de dia, de serviço ou de quarto, serão, por ele, ouvidos o acusado, o condutor e as testemunhas que o acompanharem, nesta ordem, sob pena de nulidade.
 B. () Quando a prisão em flagrante for efetuada em lugar não sujeito à administração militar, o auto poderá ser lavrado por autoridade civil, ou pela autoridade militar do lugar mais próximo daquele em que ocorrer a prisão.
 C. () A falta de testemunhas não impedirá o auto de prisão em flagrante, que será assinado por três pessoas, pelo menos, que hajam testemunhado a apresentação do preso.
 D. () Dentro em vinte e quatro horas após a prisão, se a autoridade militar ou judiciária verificar a manifesta inexistência de infração penal militar ou a não participação da pessoa conduzida, revogará a prisão.

25ª QUESTÃO – Após regular instrução processual, Conselho de Justiça profere sentença, condenando, por maioria de votos, o réu às penas previstas em lei. Conforme prova dos autos, o acusado não foi citado e a defesa se quedou silente sobre tal situação, ficando, contudo, cabalmente, demonstrado que um dos integrantes do Conselho era inimigo do réu.

Considerando a situação hipotética descrita acima e as disposições sobre nulidades contidas no Código de Processo Penal Militar, assinale a afirmativa CORRETA:

- A. () Será declarada a nulidade de todo ato processual praticado pelo juiz inimigo do réu, ainda que não tenha influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa.
- B. () O silêncio das partes não sana os atos nulos, ainda que se trate de formalidade de seu exclusivo interesse, devendo o juiz, mediante representação da outra parte, ou, de ofício, declarar toda e qualquer nulidade.
- C. () A falta da citação não é sanável em hipótese alguma, devendo o processo ser considerado nulo a partir de então, sendo determinada pelo juiz, nova citação válida para o regular trâmite do processo.
- D. () A sentença proferida pelo Conselho de Justiça com juiz irregularmente investido, impedido ou suspeito, não anula o processo, salvo se a maioria se constituir com o seu voto.

DIREITO ADMINISTRATIVO

26ª QUESTÃO – José dos Santos Carvalho Filho (2012, p.19-42), em relevante obra “Manual de Direito Administrativo, traz os Princípios Administrativos, que são “os postulados fundamentais que inspiram todo o modo de agir da Administração Pública. (...) Por ter a Constituição Federal enunciado alguns princípios básicos para a Administração, vamos considerá-los expressos para distingui-los daqueles outros que, não o sendo, são aceitos pelos publicistas, e que denominaremos de reconhecidos.”

Nesse sentido, analise as assertivas que se referem aos princípios administrativos expressos, mencionados constitucionalmente, e, aos princípios administrativos reconhecidos, que norteiam o agir da Administração Pública:

- I - “(...) Significa que toda e qualquer atividade administrativa deve ser autorizada por lei. Não o sendo, a atividade é ilícita”.
- II - “(...) pode ser concretizado por alguns instrumentos jurídicos específicos, citando entre eles: 1. o direito de petição (...); 2. as certidões (...); 3 (...).”
- III - A Administração Pública comete equívocos no exercício de sua atividade (...). Defrontando-se com esses erros, no entanto, pode ela mesma revê-los para restaurar a situação de regularidade.

Marque a alternativa CORRETA:

- A. () Apenas a assertiva III refere-se a princípio reconhecido.
- B. () As assertivas I, II e III referem-se a princípios expressos.
- C. () As assertivas I e III referem-se a princípios reconhecidos.
- D. () Apenas a assertiva II refere-se a princípio expresso.

27ª QUESTÃO – “Nem sempre o poder é utilizado de forma adequada pelos administradores. Como a atuação destes deve sujeitar-se aos parâmetros legais, a conduta abusiva não pode merecer aceitação no mundo jurídico, devendo ser corrigida na via administrativa ou judicial. A utilização do poder, portanto, deve guardar conformidade com o que a lei dispuser.” Carvalho Filho (2012, p.46).

A conduta abusiva dos administradores pode decorrer de duas causas: excesso de poder e desvio de poder. Marque a alternativa CORRETA que se refere a uma dessas formas:

- A. () Entende-se por desvio de poder quando o agente atua fora dos limites de sua competência.
- B. () Constitui excesso de poder quando a autoridade policial se excede no uso da força para praticar ato de sua competência ou, por exemplo, a autoridade, competente para aplicar uma pena de suspensão, impõe pena mais grave, que não é de sua atribuição.
- C. () Embora dentro de sua competência, o agente afastando-se do interesse público que deve nortear todo o desempenho administrativo, age com excesso de poder.
- D. () No Brasil, o excesso perpetrado pela autoridade no exercício do poder regulamentar pode dar ensejo exclusivamente ao controle externo de competência do poder judiciário e ao controle interno, isto é, àquele realizado pela própria administração.

28ª QUESTÃO – O Secretário Municipal de Saúde de determinada cidade edita circular para os proprietários de restaurantes padronizando as normas sanitárias nos estabelecimentos de interesse a saúde, garantindo as boas práticas de manipulação nesses estabelecimentos e diminui os riscos que os alimentos possam oferecer tanto ao consumidor quanto ao manipulador.

Em decorrência de uma visita realizada em um desses restaurantes, a vigilância sanitária constatou que o chefe da cozinha aproveitava sobras de comida do almoço dos fregueses para o jantar, entre outras condições sanitárias precárias. Diante desse quadro, determinou o fiscal da vigilância a interdição do restaurante.

A respeito do ato administrativo expedido (circular) e da ação da vigilância, analise as assertivas seguintes:

- I - Trata-se de ato administrativo simples e normativo.
- II - Trata-se de ato administrativo complexo e declaratório.
- III - Em face do atributo da autoexecutoriedade, pode a vigilância sanitária interditar o estabelecimento independentemente de ordem judicial.
- IV - Está diretamente relacionada à imperatividade a prerrogativa da administração de interditar o estabelecimento sem prévia manifestação do Poder Judiciário.

Marque a alternativa CORRETA:

- A. () Apenas a assertiva IV está correta.
- B. () Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

29ª QUESTÃO – Sobre os contratos administrativos, leia atentamente as assertivas abaixo, assinalando-as como “V” (verdadeiras) ou “F” (falsas):

- () Uma das características do contrato administrativo é o *intuitu personae*. Segundo esse instituto o contrato administrativo, exceção feita à subcontratação, deverá ser integralmente cumprido pelo contratado.
- () As cláusulas exorbitantes, por conferirem prerrogativas a apenas uma das partes estão fora da órbita (*ex orbita*) dos contratos entre particulares. São adotadas no Direito Administrativo em razão da necessidade de haver supremacia da Administração em relação ao particular.
- () A prerrogativa da alteração unilateral do contrato visa propiciar a melhor adequação às finalidades do interesse público.
- () A Administração pode, a fim de garantir o adimplemento do contrato, condicionar a contratação do particular ao fornecimento de garantia fiduciária no importe máximo de 10% (dez por cento) do valor do objeto do contrato.

Considerando essas assertivas, marque a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo:

- A. () F, V, F, V.
- B. () V, F, V, F.
- C. () V, F, F, V.
- D. () F, V, V, F.

30ª QUESTÃO – Acerca do Pregão, leia atentamente as assertivas, assinalando-as como “V” (verdadeiras) ou “F” (falsas):

- () Nesta modalidade de licitação as propostas de preço dos licitantes são apresentadas por escrito e por lances.
- () O pregão é uma modalidade obrigatória, no âmbito da União para aquisição de bens e serviços comuns. Após o Decreto nº 5504/05 passou a ser obrigatório para entes públicos e privados que executem convênios ou instrumentos congêneres.
- () Nesta modalidade há a possibilidade de negociação, mesmo após etapa de lances.
- () Em relação a outras modalidades, o pregão oferece como benefícios a celeridade do processo (o prazo para abertura de licitação de cinco dias úteis) e a redução do custo (em razão da farta negociação).

Considerando essas assertivas, assinale a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo:

- A. () V, V, V, F.
- B. () V, F, V, F.
- C. () V, V, F, V.
- D. () F, V, V, F.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE E LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

31ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. De acordo com a Lei nº. 10.826, de 22/12/2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências:

- A. () Aos residentes em áreas rurais, maiores de 25 (vinte e cinco) anos será concedido pela Polícia Federal o porte de arma de fogo, de uso restrito, independente do calibre.
- B. () Em todos os locais fechados, os promotores de eventos, com aglomeração superior a 1000 (um mil) pessoas, adotarão, sob pena de responsabilidade, as providências necessárias para evitar o ingresso de pessoas armadas.
- C. () A autorização de porte de arma de fogo, concedida pela Polícia Federal, perderá automaticamente sua eficácia caso o portador dela seja detido ou abordado em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas ou alucinógenas.
- D. () A pena máxima prevista para os crimes definidos pela Lei nº. 10.826, de 22/12/2003 é de 04 (quatro anos) de reclusão.

32ª QUESTÃO – Acerca do disposto na Lei nº. 11.343, de 23/08/2006, que Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências, analise as assertivas abaixo:

- I - Dentre os princípios e diretrizes observados nas atividades de prevenção no uso indevido de drogas, encontra-se o fortalecimento da autonomia e da responsabilidade individual em relação ao uso indevido de drogas.
- II - Advertência sobre os efeitos das drogas integra o rol das penas aplicáveis a quem para seu consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica.

- III - O indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais co-autores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida à metade.
- IV - Constituem atividades de reinserção social do usuário ou do dependente de drogas e respectivos familiares, para efeito desta Lei, aquelas direcionadas para sua integração ou reintegração em redes sociais.

São CORRETAS as assertivas:

- A. () II e IV, apenas.
 B. () I e III, apenas.
 C. () I, II e IV, apenas.
 D. () Todas estão corretas.

33ª QUESTÃO – Nas assertivas abaixo, marque “V” se for verdadeira ou “F” se for falsa.

- () Com a finalidade de preservar, manter e restabelecer a ordem pública e segurança interna, através das várias ações policiais ou militares, em todo o território do Estado, o oficial exerce função policial-militar e a praça exerce atividade policial-militar.
- () Para fins de incorporação aos proventos dos militares com vinte e cinco ADI's com desempenho satisfatório, o valor do ADE será calculado pela média aritmética das últimas sessenta parcelas do ADE percebidas anteriormente à sua transferência para a inatividade ou à instituição da pensão.
- () Apenas ao oficial que estiver sujeito a inquérito ou processo em qualquer jurisdição, ainda cumprindo pena de qualquer natureza, será suspensa a faculdade de solicitar transferência para reserva não remunerada.
- () Cassada a licença para tratar de interesse particular, terá o militar o prazo de 48 (Quarenta e oito) horas para apresentar-se, se estiver no local onde o deva fazer, caso contrário, a autoridade que cassou a licença arbitrá o prazo necessário.

Marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo.

- A. () F, F, V, F.
 B. () F, V, F, V.
 C. () V, F, V, V.
 D. () V, V, F, V.

34ª QUESTÃO – No que diz respeito à apuração de ato infracional atribuído a adolescente e, considerando o previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990), marque a alternativa CORRETA:

- A. () Uma vez oferecida a representação pelo Ministério Público, o prazo improrrogável para a conclusão do procedimento, estando o adolescente internado provisoriamente, será de 45 (quarenta e cinco) dias.
- B. () A gravidade do ato infracional e sua repercussão social ensejam a internação provisória do adolescente, independente de outros requisitos, circunstâncias e objetivos.
- C. () Independente do ato infracional praticado, em caso de flagrante, deve a autoridade policial lavrar o auto de apreensão do adolescente.
- D. () A representação a ser oferecida pelo Ministério Público depende de prova pré-constituída da autoria e da materialidade.

35ª QUESTÃO – Nos termos da legislação extravagante, analise as assertivas e, a seguir, marque a alternativa CORRETA.

- I - Os crimes hediondos, a prática da tortura e o tráfico ilícito de entorpecentes são imprescritíveis e insuscetíveis de fiança, anistia, graça e indulto.
 - II - A prisão temporária, no caso do crime de latrocínio, terá prazo de 30 dias, sendo possível a sua prorrogação por igual período.
 - III - Policial que a fim de aplicar castigo pessoal a cidadão infrator que está sob sua guarda, o submete a sofrimento físico que resulta em morte, comete o crime de homicídio e não de tortura haja vista o resultado mais gravoso.
 - IV - Na reunião de processos perante o tribunal do júri, em face das regras de conexão e continência, pela prática do crime de homicídio e de uma infração penal de menor potencial ofensivo, observar-se-ão os institutos da transação penal e da composição de danos civis.
 - V - Nas infrações penais de menor potencial ofensivo, o não oferecimento da representação na audiência preliminar implica a decadência do direito de ação.
- A. () Apenas as alternativas III e V são falsas.
 - B. () Apenas as alternativas II e IV são verdadeiras.
 - C. () Apenas as alternativas I, III e V são verdadeiras.
 - D. () Apenas as alternativas I, II e IV são falsas.

LÍNGUA PORTUGUESA

Diário de um fescenino

Rubem Fonseca

1º. de janeiro

Decidi, neste primeiro dia do ano, escrever um diário. Não sei que razões me levaram a isso. Sempre me interessei pelos diários dos outros, mas nunca pensei em escrever um. Talvez depois de considerá-lo terminado quando?, que dia? — eu o rasgue, como fiz com um romance epistolar, ou o deixe na gaveta, para, depois de morto, os outros — nem sei quem serão, pois não tenho herdeiros — resolverem o que fazer com ele. Ou, então, pode ser que eu o publique.

"O bom diarista", disse Virginia Woolf, "é aquele que escreve para si apenas ou para uma posteridade tão distante que pode sem risco ouvir qualquer segredo e corretamente avaliar cada motivo. Para esse público não há necessidade de afetação ou restrição." Não me imporei restrições, porém sei que estarei sendo influenciado de várias maneiras, ao considerar a hipótese de ser lido pelos meus contemporâneos. Os autores de diários, qualquer que seja sua natureza íntima ou anedótica, sempre escrevem para serem lidos, mesmo quando fingem que ele é secreto. O Samuel Pepys, que codificou o seu diário, deixou pistas para ser decifrado.

Nesse gênero literário, o autor fala sozinho numa, espécie de solilóquio. Aqui, porém, não apenas a minha voz, a do protagonista, será ouvida, mas também as dos outros, deuteragonistas e tritagonistas. (Podem me chamar de pedante, mas que nomes posso atribuir a esses outros, a partir do momento em que me denominei *protagonista*?) Confesso que, ao realizar essa tarefa, pretendo me exercitar na técnica de escrever em forma dialogada. Há escritores, talvez eu seja um deles, que têm um certo preconceito contra o uso freqüente de falas para descrever interações entre dois ou mais personagens. O teatro não pode prescindir do diálogo e o cinema pode contar alguma coisa sem usar diálogos graças ao close e outros truques de câmera, no entanto o que o cinema pode nos dizer com imagens nunca tem a mesma riqueza de significados da narrativa literária. Acho que fiz todos os meus livros de ficção sem diálogos por não os ter usado no primeiro que escrevi, que fez aquele sucesso todo. Tentei repetir o mesmo formato. Mas aqui pretendo contar o que acontece usando diálogos. Tentarei reproduzir fielmente as expressões verbais de meus interlocutores. Ao fim do dia, após digitar os diálogos junto com uma descrição sucinta do cenário e das circunstâncias em que eles ocorreram, arquivarei tudo na memória do meu computador. Talvez escapem gestos ou falas importantes, elipses estas que resultarão de preguiça e algum desleixo; e, por outro lado, é provável que eu inclua ações e alocações inúteis.

Os verbetes referentes a diários, *journals* e similares enchem várias páginas de qualquer enciclopédia. Os limites classificatórios desses textos são vagos. Numa firula taxinômica eu diria que não podem ser considerados diários, como muitos o fazem, o *A Journal of the Plague Year*, do Defoe, ou o *Diário de um sedutor*, do Soren Kierkegaard, que mais me parece um romance epistolar, assim como as *Confissões*, de Santo Agostinho, ou as *Confissões de um comedor de ópio*, do de Quincey, que devem ser rotulados como literatura confessional. Quatro exemplos apenas, em uma miríade possível.

Texto extraído do livro “Diário de um fescenino”, Cia. das Letras – Rio de Janeiro, 2003, pág. 11.

INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

36ª QUESTÃO – De acordo com o texto é CORRETO afirmar que na concepção de Virginia Woolf “o bom diarista” seria quem:

- A. () Escreve a história com fingimento ou limitação.
- B. () Escreve a história sem fingimento ou limitação.
- C. () Escreve a história sem fingimento e com limitação.
- D. () Escreve a história com fingimento e sem limitação.

37ª QUESTÃO – Com relação ao papel a ser desempenhado pelos denominados deuteragonistas, é CORRETO afirmar que:

- A. () Refere-se à quarta personagem de papel mais importante na história.
- B. () Refere-se à personagem de papel secundário na história.
- C. () Refere-se à personagem de papel principal na história.
- D. () Refere-se à terceira personagem de papel mais importante na história.

38ª QUESTÃO – De acordo com o texto, marque nas assertivas abaixo, “V” para as verdadeiras e “F” para as falsas. Em seguida, marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo:

- () O teatro não pode abrir mão do diálogo.
- () As imagens produzidas pelo cinema possuem a mesma riqueza de significados presentes na narrativa literária.
- () O cinema não pode substituir o diálogo pela imagem para contar uma história.
- () As imagens produzidas pelo cinema não possuem a mesma riqueza de significados presentes na narrativa literária.

- A. () F, V, V, V.
- B. () V, F, V, V.
- C. () V, F, F, V.
- D. () V, V, V, F.

GRAMÁTICA

39ª QUESTÃO – Quanto ao uso de pronomes, marque a alternativa em que o pronome **SE** corresponde à partícula apassivadora.

- A. () Instituição bicentenária, a Polícia Militar **reputa-se** forte pela sua hierarquia e disciplina.
- B. () **Caminha-se**, em Minas Gerais, para a construção de um Estado seguro, onde a paz social já é um objetivo conquistado.
- C. () Conquistar grandes objetivos só depende de você, **mexa-se**.
- D. () **Nota-se** que novas técnicas de abordagem foram desenvolvidas pela Polícia Militar.

40ª QUESTÃO – Quanto à concordância nominal, marque a alternativa CORRETA.

- A. () As provas não foram **bastantes** para inocentá-lo.
- B. () Com as manifestações populares, tivemos dias **bastantes** trabalhosos.
- C. () As provas não foram **bastante** para inocentá-lo.
- D. () Os obstáculos não foram **bastante** para desanimá-lo.

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE REDAÇÃO

1. Leia o texto abaixo para desenvolver a redação.

'Tesouro por pechincha', diz revista alemã sobre leilão do pré-sal

Atualizado: 22/10/2013 07:15 | Por BBC, BBC Brasil

O leilão da concessão do campo de Libra recebeu ampla cobertura na imprensa internacional, com visões elogiosas e outras críticas ao resultado.

Revista alemã Der Spiegel

A revista alemã Der Spiegel diz que o Brasil leiloou um 'tesouro por uma pechincha'. Já o Wall Street Journal diz que o país deu um passo rumo ao patamar das grandes nações produtoras de petróleo.

Libra foi leiloado para um consórcio formado por Petrobras, Shell, Total e as chinesas CNPC e CNOOC.

Em um artigo publicado no seu site, a revista afirma que para extrair o petróleo da camada pré-sal haverá riscos ambientais 'enormes' para o mar, fauna e praias 'em uma das mais bonitas e populosas regiões litorâneas do Brasil', mas que 'a ganância por recursos naturais' foi maior.

O Spiegel diz que, como apenas o consórcio vencedor apresentou proposta, 'sem competidores, eles ganharam um tesouro por uma pechincha'. A revista não aponta outras razões, além da ausência de água, para justificar por que classificaram como 'pechincha' o resultado do leilão.

A revista diz que a exploração do petróleo catapultou o Brasil ao grupo dos grandes produtores do petróleo e sublinha o peso político global da 'superpotência sul-americana'.

'Wall Street Journal'

Uma reportagem do jornal americano de negócios Wall Street Journal afirma que o Brasil 'deu um grande passo para frente' na segunda-feira ao leiloar o campo de Libra para um consórcio formado por multinacionais e pela Petrobras.

O texto, intitulado 'Brasil se move para patamar de grandes nações de petróleo', assinado pelos jornalistas John Lyons e Jeff Fick, afirma que 'a questão de como melhor desenvolver os novos campos se tornou altamente polêmica'.

O jornal destaca que o Brasil ainda é um importador de petróleo, e que os campos do pré-sal são 'cruciais para as aspirações do Brasil de se tornar exportador'.

O Wall Street Journal lembra que as autoridades traçaram uma estratégia para que a exploração do pré-sal desenvolva a indústria naval e mudaram as legislações para dar à Petrobras um papel proeminente na condução dos negócios.

O jornal diz ainda que, no passado, grandes negócios envolvendo empresas chinesas na América Latina 'despertaram preocupações nos Estados Unidos sobre

a presença crescente da China em uma região com grandes ligações econômicas com os Estados Unidos'.

No entanto, o jornal cita uma especialista que diz que os interesses chineses são motivados mais por lógicas econômicas do que por ambições de poder político na região.

Fonte: BBC Brasil

2. Com base nas informações presentes nos textos editados pelos segmentos jornalísticos **Revista alemã “Der Spiegel” e “Wall Street Journal”**, produza um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema: **“AS VISÕES CRÍTICAS E ELOGIOSAS ACERCA DO LEILÃO DE CONCESSÃO DO CAMPO DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO BRASILEIRO.”**

3. Em sua dissertação procure ter claro, antes de começar a escrever, o que você pensa sobre o assunto.

4. Escreva seu texto numa linguagem impessoal, defendendo sua ideia por meio de uma análise com argumentos sólidos e consistentes, não apenas “achando” alguma coisa sobre o assunto.

5. Um bom texto é aquele que requer leitura sem esforço, e não aquele de difícil compreensão – embora, com frequência, seja necessário um grande esforço da parte de quem escreve para conseguir tal efeito.

6. Respeite as regras gramaticais e ordene os pensamentos em uma sequência metódica e lógica, transformando-os em palavras claras e expressivas, evitando que o leitor tenha que se esforçar para decifrá-las.

7. DÊ UM TÍTULO À SUA DISSERTAÇÃO, escrevendo-o no local apropriado do impresso para a produção da redação.

8. Desenvolva a sua dissertação no máximo em 30 (trinta) linhas e no mínimo em 120 (cento e vinte) palavras.

9. O valor da redação é de 100 (cem) pontos.

10. Use caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

11. Você pode escrever com letra cursiva ou de fôrma. Qualquer que seja sua opção **DIFERENCIE AS LETRAS MAIÚSCULAS DAS MINÚSCULAS.**

12. Será atribuída nota zero à redação:

a) cujo conteúdo versar sobre tema diverso do estabelecido;

b) que fuja da tipologia, tema e proposta da redação;

c) considerada ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à língua portuguesa escrita ou em idioma diverso do Português;

d) que não for redigida com caneta de tinta azul ou preta;

e) cujo texto seja, no todo ou em parte, cópia, transcrição ou plágio de outro autor;

f) que apresentar qualquer escrita, sinal, marca ou símbolo que possibilite a identificação do candidato.

RASCUNHO

----- corte aqui-----
GABARITO DO CANDIDATO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40